

193 2
Se



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

1º Trimestre 2025

3

Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao **primeiro trimestre de 2025**.

A TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, (adiante, TERAMB), é uma entidade empresarial local detida a 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída a 1 de novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

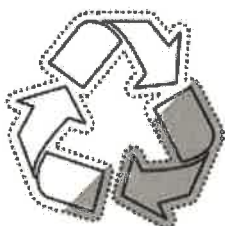
SUMÁRIO EXECUTIVO

	2025 (1º trimestre)	2024 (1º trimestre)	2023 (Anual)	2022 (Anual)	2021 (Anual)
	Ton				
Reciclagem multimaterial	701,64	768,78	3244,08	3446,19	3086,76
Valorização orgânica	806,68	602,29	2 830,16	2.587,89	2.766,39
Valorização energética	10 727,00	11.564,00	41.520,00	31.280,97	39.733,00
Confinamento técnico	44,08	23,56	372,84	276,21	195,00
Mineração	0	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>Total de resíduos e SPOAS</u>	<u>11.510,30</u>	<u>11.105,61</u>	<u>47 664,77</u>	<u>47.588,52</u>	<u>48.762,23</u>
	MWh				
Bruto	5.048,42	4.875,86	17.342,69	17.342,69	17.347,14
Exportação (líquido)	4.003,01	3.853,42	13.410,20	13.410,20	13.121,67
Ressarcimentos	0,00	1.168,96	1.049,00	2.006,00	2.305,55
	Euros				
Volume de negócios	1 168 217,50	963.522,10	3.614.458,34	2.844.426,23	3.102.990,63
Resultados líquidos	210 917,61	194.290,29	251 654,50	-173.376,25	+ 44.575,22
Capital Próprio	25 502 060,73	26.059.400,98	26 129 006,11	26.752.996,24	26.986.156,11
Passivo não corrente	5 479 638,23	5.911.817,87	5 911 817,87	5 942 057,75	5.600.237,21
Número de colaboradores	44	45	43	42	42
Horas de formação	203	57	890,5	445	71,5
Taxa de feminização (%)	16	15,5	16,7	16,7	12,5

A ATIVIDADE DA EMPRESA

No **primeiro trimestre** do corrente ano deram-se continuidade às operações das diversas valências da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira. Geriram-se neste trimestre **12.154,36** toneladas de resíduos, o que representa um aumento de **3%** face ao período homólogo de 2024.

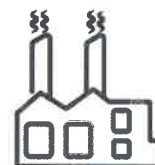
Conforme o seu potencial e em estreito cumprimento com a hierarquia do tratamento de resíduos, foram vários os seus destinos:



702 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL



806 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



10.607 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



0 TONELADAS DE COMPOSTO
PRODUZIDO



0 TONELADAS DE ESCÓRIAS
PRODUZIDAS PARA VENDA



4.003,01MWH DE ELETRICIDADE
EXPORTADA PARA A REDE
PÚBLICA

Mantiveram-se as parcerias estabelecidas com os diversos operadores de gestão de resíduos, nomeadamente a Resiaçores e Equiambi, no sentido de criar sinergias positivas e a partilha de infraestruturas.

Através da parceria com a Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda, entidade gestora do sistema integrado de pneus usados, licenciada para exercer a atividade de gestão de pneus usados em Portugal Continental e Regiões Autónoma, rececionaram-se e valorizaram-se energeticamente

os pneus usados da RAA. Por via do contrato de gestão delegada estabelecido com o Município de Angra do Heroísmo, a TERAMB garantiu a gestão dos recicláveis do concelho de Angra do Heroísmo desde a recolha até ao centro de triagem e posterior envio para retomador.

Outra importante atividade desenvolvida pela Teramb ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido com o IAMA, é a gestão e tratamento de Sub Produtos de Origem Animal (SPOAS) produzidos nos matadouros e centros de abate dos Açores, sendo mesmo o único destino para todos os SPOAS de categoria M1 produzidos nas nove ilhas dos Açores.

Para além da importância da redução e reutilização, a VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL é uma das prioridades da TERAMB que em conjunto com os municípios realizam uma série de esforços no sentido de potenciar o seu incremento.

No período em apreço foram rececionadas no operador de triagem 701,64 toneladas de embalagens tendo sido aceites para valorização **610,06 toneladas** de embalagem, o que representa um ligeiro aumento face ao período homólogo de 2024.

No ecocentro foram rececionadas **40,64 toneladas** de resíduos para valorização multimaterial, compostos essencialmente por resíduos de construção e demolição, material ferroso e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).



FIGURA 1: ECOCENTRO

No que respeita à valorização multimaterial dos produtos resultantes da valorização energética, foram encaminhados para valorização multimaterial **67,12 toneladas** de material ferroso e **102 toneladas** de escórias inertes para valorização na construção civil (pavimentação).



FIGURA 2: ESCORIAS FERROSAS



FIGURA 3: ESCORIAS INERTES

Em 2025 mantém-se o objetivo de apostar na **VALORIZAÇÃO ORGÂNICA**. Apesar dos diversos constrangimentos quer a nível técnico, quer de financiamento, mantém-se a aposta na construção de uma central de valorização orgânica que permita tratar todos os biorresíduos que dão entrada nas instalações e não apenas os resíduos verdes.

O **CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL** (CPSA),

com a sua construção assente num protocolo estabelecido com o IAMA, destina-se essencialmente a processar os SPOAS resultantes dos abates efetuados nos matadouros dos Açores (com exceção de São

Miguel), bem como salas de desmancha e os animais mortos nas pastagens da ilha Terceira.



FIGURA 5: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Em 2025, no período de 1 de janeiro a 31 de março, foram rececionadas um total de 1374 toneladas, das quais 930 provieram da ilha Terceira e 259 toneladas foram encaminhadas em 19 contentores, vindo de todas as ilhas, incluindo São Miguel.

A **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA** destinada processar todos os resíduos que não tenham outra forma de valorização, é o destino para todos os resíduos urbanos e equiparados produzidos na ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da grande maioria de resíduos industriais banais e perigosos. É também o destino de valorização da fração resto proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel, recebendo desta ilha apenas alguns resíduos especiais com obrigação de valorização energética. A quantidade total incinerada acumulada foi de **10.727** toneladas, com uma média de 5,02 toneladas/hora.

Relativamente à composição dos resíduos incinerados, a componente referente a resíduos de origem doméstica representou **67,87** %, os subprodutos de origem animal **6,16** %, os pneus **5,53** % e as lamas representaram cerca de **1,63** %, e os restantes **18,81** %, outros resíduos (resíduos industriais, perigosos, etc.)

Em termos de rendimento/indicadores da instalação, o índice de **utilização foi de 98%**, portanto muito próximos dos 100% e dentro do esperado já que a primeira paragem programada está agendada para abril.

Os valores de referência relativos à capacidade térmica e produção de energia elétrica produzida por tonelada de resíduos aproximaram-se do valor nominal. Nos 89 dias em que a central operou foi produzido um total de **5.048 MWh** e exportados para a rede pública **4.003 MWh**.



FIGURA 6: ASPETO DA CHAMINÉ DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Não foram efetuados ressarcimentos devido a questões técnicas com a entrada em funcionamento do novo Aerogerador, instalado no parque já existente da empresa CAEN, que impedem a deslastragem isolada deste novo centro electroprodutor relativamente aos restantes aerogeradores do parque, não sendo possível cumprir a regra de prioridade de entrada na rede o que impossibilita a aplicação do algoritmo de calculo dos ressarcimentos.

A nível de cumprimento das obrigações ambientais, os resultados das diversas campanhas de monitorização confirmam o cumprimento dos valores limite de emissão.

No que se refere ao **CONFINAMENTO TÉCNICO**, foram encaminhadas 42 toneladas de resíduos para aterro de resíduos banais o que corresponde **0,36%** do total de resíduos e SPOAS recebidos. Do total de resíduos recebidos na instalação, não foram depositados resíduos em aterro de resíduos perigosos

Como resultado do aumento a entrega de resíduos, essencialmente por parte dos centros de processamento das outras ilhas e dos SPOAS, não tem sido realizada a atividade de mineração por ser prioritário o tratamento dos resíduos que dão entrada.

O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

O INVESTIMENTO

Quanto ao investimento, a prioridade foi a nível operacional, os maiores investimentos realizados no trimestre em análise foram no âmbito da paragem anual para manutenção do CPSA e centraram-se na manutenção e substituição de peças e órgãos, nomeadamente na aquisição de um parafuso sem fim, a intervenção no moinho de finos, na substituição de quadros elétricos, bem como reparações nos restantes órgãos,

Na Central de Valorização Energética, o primeiro trimestre foi de preparação da primeira paragem programada, sendo os maiores investimentos previsto para a paragem.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No período em referência o volume de negócios foi de **1.168.217,50€**, o que representa um aumento de **20%** relativamente ao período homólogo de 2024 (963 522,10€), sendo que **44%** refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **56%** a prestações de serviço. Os valores obtidos estão acima do previsto e orçamentado para 2025, devido à venda da totalidade de energia elétrica injetada, como consequência do não apuramento do valor das deslustragens e consequentes ressarcimentos, pela impossibilidade de aplicação do algoritmo, devido a questões técnicas com a entrada em funcionamento do novo parque eólico da CAEN.

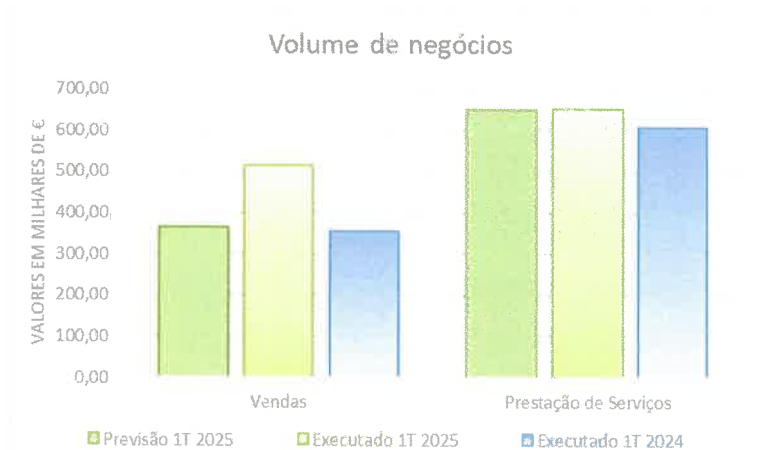


GRÁFICO 1: VOLUME DE NEGÓCIOS, REPARTIDO POR VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO.

A estes valores acresce **307.415,52 €** provenientes da imputação de subsídios ao investimento concedido pelo POVT e pelo programa PO2020. A nota justificativa do cálculo destes valores pode ser observada no ponto 23 do documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

As despesas correntes, com um valor de **837 055,29 €** representam uma execução orçamental de **90 %** e um aumento de **22%** relativamente ao período homólogo de 2024. Este aumento é consequência da escalada de preços que se tem assistido tanto ao nível dos materiais como das prestações de serviços, mas como referido, já previsto em orçamento para 2025.

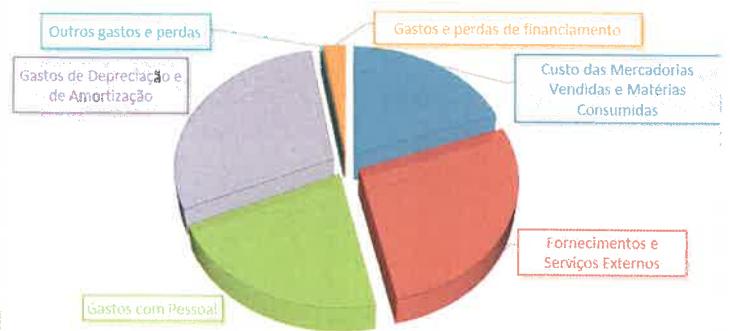


GRÁFICO 2: REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DOS GASTOS E PERDAS

No que se refere à repartição da despesa corrente, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizam 19%, os fornecimentos e serviços externos representam **27%**, enquanto os gastos com o pessoal tiveram um peso de **22%**.

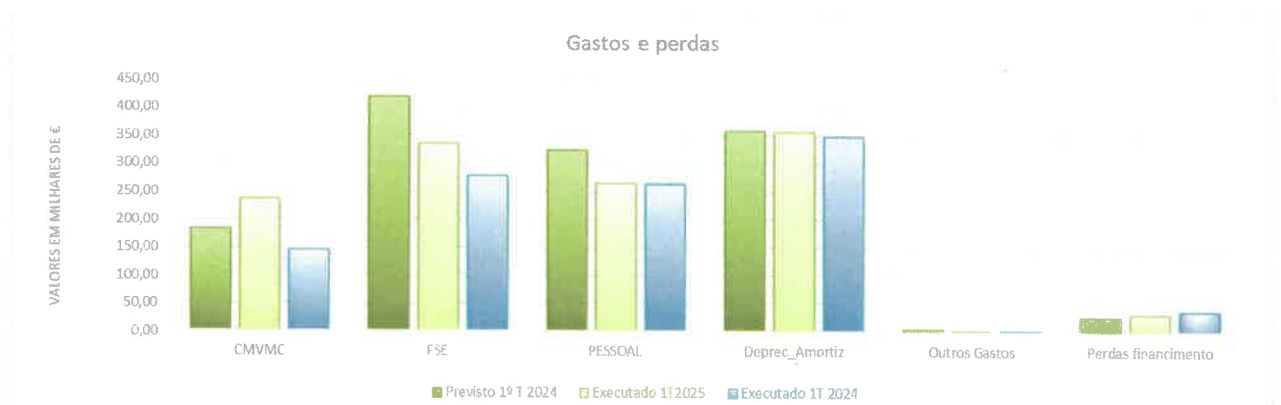


GRÁFICO 3: GASTOS E PERDAS, REPARTIDO POR CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC), FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE), GASTOS COM PESSOAL (PESSOAL), GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (DEPREC_AMORTIZ), OUTROS GASTOS, GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO (PERDAS FINANCIAMENTO) E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização atingem o valor de **358 066,59 €** e os gastos e perdas de financiamento ascendem a **30 583,30€**, valores dentro do previsto para os financiamentos que a empresa tem contratados.

BALANÇO E RESULTADOS

O Total do ativo da TERAMB ascendeu a **32.254.091,13€**, enquanto o passivo totaliza **6.752.030,40€**. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de **25.502.060,73€**, sendo **1.950.000,00€** correspondente ao capital subscrito, **101.327,63 €** a reservas legais, **1.120.256,97€** a outras reservas, **321 796,79 €** relativos a resultados transitados, **21.797.761,73€** de outras variações do capital próprio. Estes valores foram somados **210.917,61€** provenientes do resultado líquido do período.

No período em referência, os resultados operacionais antes de impostos foram positivos e cifraram os **247.599,22€**.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

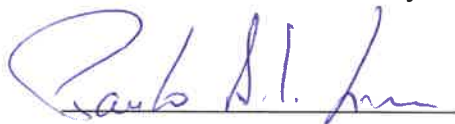
O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS

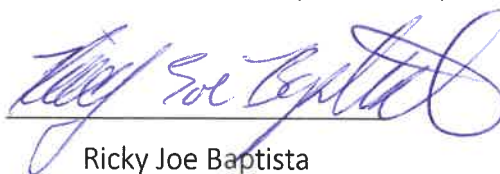
O resultado líquido da sociedade a 31 de março de 2025 é **positivo** no montante de **210.917,61€**.

Angra do Heroísmo, 5 de junho de 2025

O Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo A. L. Lima".

Paulo Alexandre Silva Lima (Presidente)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ricky Joe Baptista".

Ricky Joe Baptista

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sónia Alexandra Valadão da Silva".

Sónia Alexandra Valadão da Silva

ASB

[Handwritten signature]

Anexo I - Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31.Março.2025

(Montantes expressos em euros)

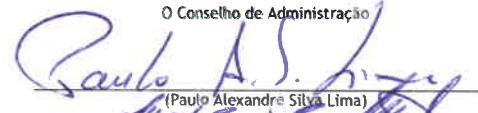
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Março.2025	2024
Vendas e serviços prestados	21	1 168 217,50	4 022 158,18
Subsídios à exploração	23	0,00	3 256,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-236 293,71	-615 088,23
Fornecimentos e serviços externos	31	-335 949,23	-1 369 538,00
Gastos com o pessoal	5/29	-264 812,35	-1 100 856,88
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	-72,01
Outros rendimentos e ganhos	23/31	307 415,52	1 240 773,60
Outros gastos e perdas	31	-2 328,62	-46 747,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		636 249,11	2 133 884,88
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-358 066,59	-1 417 245,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		278 182,52	716 639,74
Juros e gastos similares suportados	11	-30 583,30	-136 002,35
Resultado antes de impostos		247 599,22	580 637,39
Imposto sobre o rendimento do período	26	-36 681,61	-100 693,24
Resultado líquido do período	5	210 917,61	479 944,15



Contabilista Certificada
N.º 77799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração



(Paulo Alexandre Silva Lima)



(Ricky José Baptista)



(Sofia Alexandra Valadão da Silva)

BALANÇO

31.Março.2025

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Março.2025	2024
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	28 930 501,32	29 090 978,99
Ativos intangíveis	7	210 868,60	213 726,40
Outros investimentos financeiros	28	16 832,82	16 832,82
Ativos por impostos diferidos		151,58	151,58
Total do ativo não corrente		29 158 354,32	29 321 689,79
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	19	1 469 137,67	1 490 116,33
Clientes	28	1 117 457,88	849 186,60
Estado e outros entes públicos	28	40 321,53	26 869,49
Outros créditos a receber	28	3 056,86	3 755,98
Diferimentos	28	7,61	21 289,07
Caixa e depósitos bancários	4	465 755,26	726 046,55
Total do ativo corrente		3 095 736,81	3 117 264,02
Total do ativo		32 254 091,13	32 438 953,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1 950 000,00	1 950 000,00
Reservas legais		101 327,63	77 241,55
Outras reservas		1 120 256,97	662 621,41
Resultados transitados		321 796,79	323 574,28
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	21 797 761,73	22 059 987,17
Resultado líquido do período	5	25 291 143,12	25 073 424,41
Total do capital próprio		25 502 060,73	25 553 368,56
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	1 953 318,96	1 953 318,96
Passivos por impostos diferidos	26	394,91	394,91
Outras dívidas a pagar	28	3 525 924,36	3 525 924,36
Total do passivo não corrente		5 479 638,23	5 479 638,23
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	562 787,24	606 182,85
Adiantamentos de clientes	28	301,12	-
Estado e outros entes públicos	28	109 948,65	70 612,02
Financiamentos obtidos	11/28	330 911,46	401 112,36
Outras dívidas a pagar	5/28	268 443,70	328 039,79
Total do passivo corrente		1 272 392,17	1 405 947,02
Total do passivo		6 752 030,40	6 885 585,25
Total do capital próprio e do passivo		32 254 091,13	32 438 953,81

Contabilista Certificada
Nº 17799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Joe Baptista)

(Sónia Alexandra Valsão da Silva)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

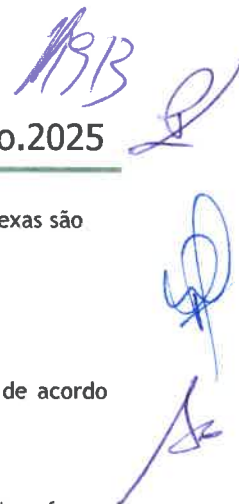
2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Alguns bens considerados como ativos fixos tangíveis, com valor inferior a 1.000€, são considerados como bens de reduzido valor, pelo que são depreciados a 100% num único exercício, dada a natureza e a sua imaterialidade, pelo que nesses casos em concreto, é derogado o §7 das NCRF. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS



As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas do "Anexo".

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de março de 2025, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foi detetado um erro, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 1.777,49€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2024 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um é remunerado. Neste exercício encontra-se registado até 31 de março, o montante bruto de 11.184,37€ a título de remunerações e 2.540,79€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante o primeiro trimestre de 2025, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

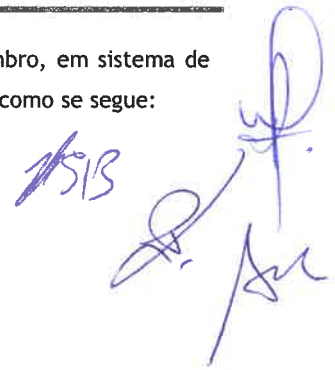
A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil

estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos



As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de março de 2025 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante global de 211.942,86€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de março de 2025, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa. O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente ao artigo matricial 1691 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, dos quais a empresa utilizou 350.000,00€, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer esta sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2024 e 2025 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)**17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS** (Não aplicável)**18. AGRICULTURA** (Não aplicável)**19. INVENTÁRIOS**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de março de 2025 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)**21. RÉDITO**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de março de 2025, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 12.141.444,25€, dos quais 283.832,09€, são rendimentos do exercício de 2025.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 806.424,83€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento apesar de já estar concluído, estima-se que no segundo trimestres de 2025 venha a ocorrer a cedência de posição contratual para o Município de Angra do Heroísmo.

Em 2022 a empresa reconheceu um novo subsídio, cuja candidatura foi apresenta ainda no âmbito do PO2020, destinado a comparticipar o projeto de mineração em curso, no montante de 1.274.738,81€, cuja taxa de comparticipação é de 85%, podendo vir a atingir os 100% se a empresa atingir de terminadas metas estabelecidas no programam em causa. Relativamente a este subsídio, já foram reconhecidos rendimentos no montante de 208.563,44€, dos quais 23.583,41€ em 2025.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global, cujo valor da regularização relativa a esta rubrica ascende em 2025 a 45.190,08€, sendo o saldo a regularizar em períodos no montante global de 3.661.494,59€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14,7% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2025). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de março de 2025 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO (Não aplicável)**25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14,7% para o montante global de matéria coletável. Porém, em exercícios futuros, a este nível, poderá vir a ser adotado o conceito de "Small Mid Cap" previsto no Decreto-Lei nº81/2017 de 30 de setembro. A empresa aguarda parecer da Autoridade Tributária.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de março de 2025, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, quer a imposto corrente, quer ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de março de 2025, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 16.832,82€.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

Este fundo foi reconvertido em abril de 2023, tendo a sua gestão sido transferida para a alçada da Segurança Social. A empresa, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 115/2023 de 15 de dezembro, irá solicitar o reembolso deste valor ainda em 2025.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de março de 2025.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

No primeiro trimestre de 2025 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o período regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu no primeiro trimestre de 2025 a 335.949,23€. O Quadro 31.1 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascenderam em 31 de março de 2025 ao valor global de 307.415,52€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos "Quadros - ANEXO".

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 2.328,62€ no final do primeiro trimestre de 2025. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos "Quadros - ANEXO".

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBAS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas "SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda", com sede em Rua Silva Brinco, n.º 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocado à disposição o montante de 1.131,00€, a título de honorários relativos aos serviços prestados, no primeiro trimestre de 2025.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada a respetiva emissão em 23 de maio de 2025.

Quadros do Anexo

31.Março.2025

(Montantes expressos em euros)

Quadro	4	FLUXOS DE CAIXA
Caixa e seus Equivalentes		
	31.Dez.2024	31.Março.2025
Caixa	1 094,62	909,21
Depósitos à Ordem	724 951,93	464 846,05
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	726 046,55	465 755,26

Quadro	5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
	Rendimentos e Gastos	Comparativo 2024 Diferencial Comparativo Reexpresso
Outros gastos e perdas		-44 970,31 -1 777,49 -46 747,80
Resultado líquido do período		481 721,64 -1 777,49 479 944,15
BALANÇO		
		Comparativo 2024 Diferencial Comparativo Reexpresso
ATIVO CORRENTE:		
Estado e outros entes públicos		28 646,98 -1 777,49 26 869,49
Total do activo corrente		3 119 041,51 -1 777,49 3 117 264,02
Total do activo		32 440 731,30 -1 777,49 32 438 953,81
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultado líquido do período		481 721,64 -1 777,49 479 944,15
Total do capital próprio		481 721,64 -1 777,49 479 944,15
Total do capital próprio e do passivo		32 440 731,30 -1 777,49 32 438 953,81

Quadro	6	PARTES RELACIONADAS						
Entidades que participam no capital da empresa declarante								
Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação		
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	R/A-Portugal	1 170 000,00	60,00%	60,00%	2010		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	R/A-Portugal	780 000,00	40,00%	40,00%	2010		
Transações entre Partes Relacionadas								
Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	295 383,30			2 571,75		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	3 256,29					
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	76 612,87			32 858,59		
Saldos Pendentes a 31.03.2025								
Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar				
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	295 383,30	2 037,54				
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	2 244,43	0,00				
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	112 692,08	38 227,57				

Quadro	7	ATIVOS INTANGÍVEIS				
Ativo Bruto						
	Saldo em 31.Dez.2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correções e Transferências	Saldo em 31.Março.2025	
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00	
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00	
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00	
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros ativos intangíveis	343 280,28	0,00	0,00		0,00	
	343 280,28	0,00	0,00	0,00	343 280,28	
Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 31.Dez.2024	Aumentos	Abates e Alineações	Correções e Transferências	Saldo em 31.Março.2025	
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00	
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00	
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00	
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros ativos intangíveis	129 553,88	2 857,80	0,00		132 411,68	
	129 553,88	2 857,80	0,00	0,00	132 411,68	

Quantia Líquida Escriturada Final		
	Saldo em 31.Dez.2024	Saldo em 31.Março.2025
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	213 726,40	210 868,60
	213 726,40	210 868,60

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto					
	Saldo em 31.Dez.2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correções e Transferências	Saldo em 31.Março.2025
Terrenos e recursos naturais	999 125,11	0,00	0,00	0,00	999 125,11
Edifícios e outras construções	37 911 283,21	0,00	0,00	0,00	37 911 283,21
Equipamento básico	2 256 138,70	0,00	0,00	0,00	2 256 138,70
Equipamento de transporte	350 715,30	0,00	0,00	0,00	350 715,30
Equipamento administrativo	26 954,36	0,00	0,00	0,00	26 954,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	209 078,51	473,24	0,00	0,00	209 551,77
Activos fixos tangíveis em curso	17 685,00	194 257,84	0,00	0,00	211 942,86
	41 770 980,19	194 731,12	0,00	0,00	41 965 711,31

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31.Dez.2024	Aumentos	Abates e Alineações	Correções e Transferências	Saldo em 31.Março.2025
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	11 064 364,09	317 591,22	0,00	0,00	11 381 955,31
Equipamento básico	1 317 181,07	23 919,84	0,00	0,00	1 341 100,91
Equipamento de transporte	207 199,45	8 920,62	0,00	0,00	216 120,07
Equipamento administrativo	18 128,62	669,54	0,00	0,00	18 798,16
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	73 127,97	4 107,57	0,00	0,00	77 235,54
	12 680 001,20	355 208,79	0,00	0,00	13 035 209,99

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31.Dez.2024	Saldo em 31.Março.2025
Terrenos e recursos naturais	999 125,11	999 125,11
Edifícios e outras construções	26 846 919,12	26 529 327,90
Equipamento básico	938 957,63	915 037,79
Equipamento de transporte	143 515,85	134 595,23
Equipamento administrativo	8 825,74	8 156,20
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	135 950,54	132 316,23
Activos fixos tangíveis em curso	17 685,00	211 942,86
	29 090 978,99	28 930 501,32

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Valor Contratual	31.Dez.2024				31.Março.2025			
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	2 850 000,00	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96	401 112,36	330 911,46	1 953 318,96
Participantes de Capital: Suprimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 850 000,00	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96	401 112,36	330 911,46	1 953 318,96
Custos dos empréstimos obtidos	31.Dez.2024 136 002,35	31.Março.2025 30 583,30						

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Relativos a PER	0,00	0,00
Reclamados judicialmente	82,44	1 347,52
Em mora:	3 499,45	1 462,95
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00	0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	57,72	0,00
Há mais de 24 meses	3 441,73	1 462,95
Totais	3 581,89	2 810,47

	31.Dez.2024				31.Março.2025			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:								
Relativos a PER				0,00	0,00			0,00
Reclamados judicialmente	1 429,96			1 429,96	1 429,96			1 429,96
Em mora:	3 900,06	0,00	72,01	3 972,07	3 972,07	0,00	0,00	3 972,07
Há mais de 6 meses e até 12 meses	14,42		-14,41	-0,01	-0,01			-0,01
Há mais de 12 meses e até 18 meses	20,11		-20,11	0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	69,16		-25,87	43,29	43,29			43,29
Há mais de 24 meses	3 796,37		132,42	3 928,79	3 928,79			3 928,79
Totais	5 330,02	0,00	72,01	5 402,03	5 402,03	0,00	0,00	5 402,03

CMVM / Variação de Produção

	31.Dez.2024		31.Março.2025	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	1 342 269,78	0,00	1 490 116,33
Compras	0,00	839 467,90	0,00	237 836,73
Reclassificações/Regularizações	0,00	-76 533,12	0,00	-22 521,68
Inventário Final	0,00	1 490 116,33	0,00	1 466 137,67
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	615 088,23	0,00	284 293,71

Quadro 21 RÉDITO

	31.Dez.2024	31.Março.2025
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1 441 235,01	515 142,98
Prestação de serviços	2 580 923,17	653 074,52
Subsídios à Exploração	3 256,02	0,00
Subsídios ao Investimento	1 239 258,61	307 415,52
Juros	1 514,55	0,00
	5 266 187,36	1 475 633,02

Quadro 23 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	31.Dez.2024					31.Março.2025				
	Subsídios Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34 078 882,17	9 057 173,57	1 141 287,04	10 198 460,61	23 880 421,56	34 078 882,17	10 198 460,61	285 321,75	10 483 782,36	23 595 099,81
Equipamento básico	2 031 000,43	1 313 345,50	57 909,97	1 371 255,47	659 744,96	2 031 000,43	1 371 255,47	12 823,86	1 384 079,33	646 921,10
Equipamento de transporte	264 481,50	150 284,99	38 296,30	188 581,29	75 900,21	264 481,50	188 581,29	9 269,91	197 851,20	66 630,30
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	284 295,04	282 529,74	1 765,30	284 295,04	0,00	284 295,04	284 295,04	0,00	284 295,04	0,00
	36 658 659,14	10 803 333,80	1 239 258,61	12 042 592,41	24 616 066,73	36 658 659,14	12 042 592,41	307 415,52	12 350 007,93	24 308 651,21

	31.Dez.2024			31.Março.2025		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	3 888 596,28	181 911,61	3 706 684,67	3 706 684,67	45 190,08	3 661 494,59
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos			25 422 491,56			25 115 076,04
Valor líquido subsídios relacionados com ativos			21 715 806,89			21 453 581,45
Valor subsídios à exploração			3 256,02			0,00

Quadro 26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	580 637,39	247 599,22
Resultados fiscal do período	582 659,52	210 917,61
Reporte de rejeitos fiscais	-146 290,25	0,00
Matéria coletável do período	436 369,27	248 667,21
Imposto corrente	64 146,28	36 554,08
Tributações autónomas	1 078,11	127,53
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	4 019,84	0,00
Taxa efectiva de imposto	14,70%	14,70%

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos			Passivos		
	31.Dez.2024		31.Março.2025	31.Dez.2024		31.Março.2025
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	0,00	0,00	151,60	394,91	0,00	394,91
	0,00	0,00	151,60	394,91	0,00	394,91

Imposto sobre o Rendimento

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Imposto Corrente	61 204,55	36 681,61
Imposto Diferido	39 488,69	0,00
	100 693,24	36 681,61

Estado e Outros Entes Públicos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Ativo:		
IRC - A Recuperar	0,00	0,00
IRC - PEC's e Ret. na fonte a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	26 869,49	40 321,53
IVA - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	<u>26 869,49</u>	<u>40 321,53</u>
Passivo:		
IRC - A Pagar	47 578,55	84 260,16
IRS - Reteções na fonte a pagar	3 406,75	3 438,87
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	19 483,48	22 043,60
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
FCT/Sindicatos/Penhoras	143,24	206,02
	<u>70 612,02</u>	<u>109 948,65</u>

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 31.Dez.2024	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 31.Março.2025
Outros Investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	16 832,82				16 832,82
	<u>16 832,82</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>16 832,82</u>

Ativos Financeiros - Clientes

	31.Dez.2024 Valor Nominal	31.Março.2025 Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	849 172,16	1 117 443,44
Clientes de Cobrança Duvidosa	3 581,89	3 581,89
Perdas por Imparidade Acumuladas	-3 567,45	-3 567,45
Valor Líquido de Clientes	<u>849 186,60</u>	<u>1 117 457,88</u>

Ativos Financeiros - Outros créditos a receber

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Fornecedores (saldos contrários)	3 507,72	2 774,63
Adiant. e outras operações com o pessoal	156,09	156,09
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Acionistas/Sócios	0,00	0,00
Outros devedores	92,17	126,14
	<u>3 755,98</u>	<u>3 056,86</u>

Ativos Financeiros - Diferimentos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Seguros	21 289,07	7,61
	<u>21 289,07</u>	<u>7,61</u>

Passivos Financeiros - Fornecedores

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Fornecedores C/C	606 182,85	562 787,24
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
	<u>606 182,85</u>	<u>562 787,24</u>

Passivos Financeiros - Estado e Outros Entes Públicos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
IRC - A Pagar	47 578,55	84 260,16
IRS - Reteções na fonte a pagar	3 406,75	3 438,87
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	19 483,48	22 043,60
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
FCT/Sindicatos/Penhoras	143,24	206,02
	<u>70 612,02</u>	<u>109 948,65</u>

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	1 953 318,96	1 953 318,96
Leasing	0,00	0,00
	<u>1 953 318,96</u>	<u>1 953 318,96</u>

Correntes:		
Cartões de Crédito	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Contas Correntes Caucionadas	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	401 112,36	330 911,46
	<u>401 112,36</u>	<u>330 911,46</u>

Passivos Financeiros - Outras dívidas a pagar

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Cientes (saldos contrários)	0,00	301,12
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	3 239,49	3 141,19
Credores por acréscimos de gastos	143 918,64	129 732,28
Outros Credores	3 706 806,02	3 661 494,59
	<u>3 853 964,15</u>	<u>3 794 669,18</u>

Passivos Financeiros - Diferimentos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	31.Dez.2024		31.Março.2025	
	Pessoas	Trabalhadas	Pessoas	Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:				
Pessoas REMUNERADAS	44	88 000	44	21 824
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas a TEMPO COMPLETO	44	88 000	44	21 824
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	44	88 000	44	21 824
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	44	88 000	44	21 824
Mulheres	36	72 000	37	18 352
	8	16 000	7	3 472
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Afetas à IBD	0	0	0	0
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário				

Gastos com Pessoal

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Remunerações dos órgãos sociais	49 597,73	11 184,37
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	831 792,60	192 452,37
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	196 703,59	45 493,81
Contribuições para a Segurança Social	196 703,59	45 493,81
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	0,00	0,00
Regime de Capitalização	0,00	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	20 346,96	12 855,61
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	2 416,00	2 826,19
Formação	2 416,00	660,00
Higiene e segurança no trabalho	0,00	615,00
Fardamento	0,00	1 551,19
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	<u>1 100 856,88</u>	<u>264 812,35</u>

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Subcontratos	124 632,99	31 397,83
Serviços Especializados	1 102 679,16	271 640,65
Trabalhos especializados	673 820,53	170 404,87
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	6 630,00	975,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	414 662,71	98 845,30
Serviços Bancários	7 565,92	1 415,48
Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Materiais	21 248,97	1 525,67
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19 369,83	1 367,99
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	1 879,14	149,66
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	0,00	8,02
Energia e Fluidos	51 304,00	12 666,29
Electricidade	1 776,20	488,23
Combustíveis	46 196,40	11 891,20
Água	2 536,29	286,86
Outros	795,11	0,00
Deslocações e estadas	25 465,52	3 886,83
Serviços diversos	44 207,36	14 831,96
Rendas e alugueres	4 691,47	636,30
Comunicações	5 293,90	1 155,03
Seguros	16 126,98	12 071,48
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	2 456,40	0,00
Despesas de representação	12 778,49	858,59
Limpeza, higiene e conforto	2 821,32	94,50
Outros serviços diversos	38,80	16,06
Total FSE	1 369 538,00	335 949,23

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros (Inclui reg. Sub. Investimento)	1 239 259,05	307 415,52
Juros Obtidos	1 514,55	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1 240 773,60	307 415,52

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	31.Dez.2024	31.Março.2025
Impostos	39 042,80	1 260,63
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	0,00	0,00
Outros	7 705,00	1 067,99
Total Outros Gastos e Perdas	46 747,80	2 328,62

Contabilista Certificada
N.º 17798

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Joe Baptista)

(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31.Dez.2024

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2024	1 950 000,00	-	-	-	64 658,82	423 549,64	323 574,28	-	-	23 115 588,87	251 654,50	26 129 006,11
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital												
Transferência de Resultados												
Correções relativas a exercícios anteriores - Correções no comparativo					12 582,73	239 071,77					(251 654,50)	
Subsídios ao investimento												
Doações										(1 055 581,70)		(1 055 581,70)
Resultado líquido do período					12 582,73	239 071,77				(1 055 581,70)	(251 654,50)	(1 055 581,70)
Resultado integral											479 944,15	479 944,15
Operações com detentores de capital no período											228 289,65	(575 637,55)
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	1 950 000,00	-	-	-	77 241,55	662 621,41	323 574,28	-	-	22 059 987,17	479 944,15	25 553 368,56

Contabilista Certificada

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Jose Barreto)

(Lúcia Alexandra Valadão da Silva)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31.Março.2025

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2025	1 950 000,00	-	-	-	77 241,35	662 621,41	323 574,28	-	-	-	22 059 987,17	479 944,15	25 553 368,56
Alterações no período:													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Prestações acessórias de capital													-
Transferência de Resultados													-
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no Comparativo													-
Subsídios ao Investimento													-
Doações													-
Resultado líquido do período													-
Resultado integral													-
Operações com detentores de capital no período													-
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Distribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
Posição no fim do período	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	321 796,79	-	-	-	21 797 761,73	210 917,61	25 502 040,73



Contabilista Certificada
n.º 17796

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração



(Paulo Alexandre Silva Lima)



(Ricky José Baptista)



(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31.Março.2025

(Montantes expressos em euros)

	31.Março.2025	31.Dez.2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	998 038,38	4 074 317,50
Pagamentos a fornecedores	-842 031,20	-2 487 556,41
Pagamentos ao pessoal	-166 610,57	-732 930,49
Caixa gerada pelas operações	-10 603,39	853 830,60
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-79 284,90	-340 689,61
Outros recebimentos / pagamentos	-655,87	-31 876,81
Fluxos das actividades operacionais [1]	-90 544,16	481 264,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-70 297,06	-20 915,24
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	96 602,30
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	23 388,37
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento [2]	-70 297,06	99 075,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	150 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-71 688,06	-222 800,38
Juros e gastos similares	-27 762,01	-110 517,18
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-99 450,07	-183 317,56
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-260 291,29	397 022,05
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	726 046,55	329 024,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	465 755,26	726 046,55

Contabilista Certificada
n.º 377/99

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Ricky Joe Baptista)

(Rosa Alexandra Valadao da Silva)

17/3

12

Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de março de 2025 que evidência um total de 32 254 091,13 euros e um total de capital próprio de 25 502 060,73 euros incluindo um resultado líquido de 210 917,61 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de três meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 31 de março de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de três meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 02 de junho de 2025


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

Anexo III - Ata Assembleia Geral

ATA n.º 86

Ao décimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte cinco, pelas nove horas, reuniu na sede da sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). ----

Estiveram presentes em representação dos sócios: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros) e José Gabriel Álamo de Meneses na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) -----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

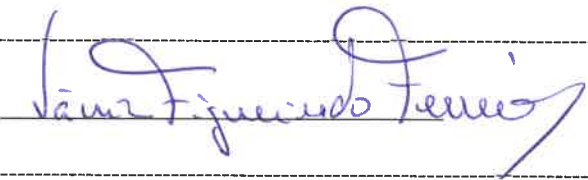
1) Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2024 -----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título, já certificados pelo Revisor Oficial de Contas, e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

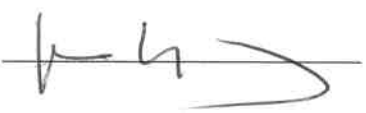
- i. Total do Ativo: 32 254 091,13 €-----
- ii. Total do Passivo: 6 752 030,40 €-----
- iii. Capitais Próprios: 25 502 060,73 €-----
- iv. Volume de negócios: 1 168 217,50 €-----
- v. Resultados líquidos do período: 210 917,61 €-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente-----

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira 

O Secretário-----

José Gabriel Álamo de Meneses 

Relatório Execução Contrato Programa



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano 2025 – 1º trimestre

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<i>Valorização energética de resíduos</i>	I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.I) Disponibilidade = (horas possíveis - horas paragens programadas) / horas possíveis	Horas possíveis=2160 h Horas paragem programadas=0 h Horas de funcionamento =2125 h Disponibilidade =89%	Em execução
<i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i>	I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 767,94 ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=0%	Em execução
	II) Preparar para a valorização orgânica 2100 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins	II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 767,94 ton Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 767,94 ton	Em execução
<i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i>	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade SPOAS entregues= 1.073,22 ton Quantidade valorizada= 1.073,22 ton % valorizada = 100%	Em execução
<i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i>	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	Total de resíduos entregues= 10.420,14 ton Total de resíduos encaminhados para a CVE= 9.673,37 ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 44,08 ton	Em execução